



Anais da Assembléia

Nº 131

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 121ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 1978.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Sato e Otássio Pereira.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Jurandir Messias, Quielse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer e Wilson Fortes (43); achando-se ausentes os Senhores Deputados Ivo Thomazoni, Ernesto Gnoato, José Domingos Scarpelini, Aragão de Mattos Leão, Del Ciel, Gabriel Sampaio, Hélio Manfrinato, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Trajano Bastos e Waldenício Barbalho. (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N.º 134/78

Curitiba, 24 de novembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva reajustar os valores constantes das tabelas integrantes da Lei n.º 6.972, de 30 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a Taxa de Segurança Pública.

A medida ora submetida a essa augusta Casa de Leis, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que virá dotar os setores responsáveis pela Segurança Pública de recursos financeiros reajustados nos termos da Lei Federal n.º 6.205, de 29 de abril de 1975.

Certo de que a proposição submetida à apreciação dessa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Os valores constantes das tabelas integrantes da Lei Estadual n.º 6.972, de 30 de dezembro de 1977, ficam reajustados, tomando-se por base o valor de referência estabelecido pelo Governo Federal, na conformidade do Art. 2.º,

da Lei Federal n.º 6.205, de 29 de abril de 1975.

Art. 2.º. O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, baixará Resolução, fixando os valores respectivos, respeitado o limite estabelecido no artigo anterior. Os valores somente serão cobrados a partir de 1.º de janeiro de 1979.

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

—À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 133/78

Curitiba, 24 de novembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a criação dos cargos em comissão que especifica, na Junta Comercial do Paraná. Visa, ainda, o anteprojeto ora encaminhado, adotar sistemática para fixação de remuneração dos Vogais da mesma Junta Comercial, assegurando-lhes, também, direito ao gozo de férias anuais.

A medida submetida a essa augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade eis que, complementando as disposições da Lei n.º 7.039, de 19 de outubro próximo passado, através da qual a Junta Comercial foi transformada em entidade autárquica, virá ensejar condições a fim de que a referida Junta seja plenamente revestida dos requisitos legais próprios de entidades de tal natureza jurídica e, assim, melhor desempenhar suas atividades pertinentes ao Registro do Comércio.

Certo de que a proposição ora submetida à essa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Ficam criados na Junta Comercial do Paraná os seguintes cargos de provimento em comissão:

N.ºs de Cargos	Denominação	Símbolo
1	Presidente	D A S 2
1	Vice-Presidente	D A S 4
1	Secretário Geral	D A S 4
1	Procurador Regional	D A S 5
2	Chefes de Coordenadoria	1 C
1	Subprocurador Regional	1 C

Art. 2.º. Os Vogais da Junta Comercial do Paraná farão jus a uma gratificação igual a 30% (trinta por cento), do maior salário mínimo vigente no Estado, por sessão a que comparecerem, até o máximo de dezesseis mensais.

Parágrafo único. Perceberão, ainda, os Vogais, uma parte fixa arbitrada por ato do Governador do Estado, em valor que, somado ao teto da vantagem de que trata o "caput" deste artigo, não ultrapasse os vencimentos do cargo de Secretário Geral.

Art. 3.º. Os Vogais da Junta Comercial gozarão trinta dias consecutivos de férias anuais, com direito à percepção da parte fixa da respectiva remuneração e da gratificação variável calculada pela média das sessões comparecidas nos doze meses anteriores.

Art. 4.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua pu-

blicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

Ofício:

Sob o n.º 196/78, do Senhor Governador do Estado, solicitando a esta augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o preceito contido no art. 22, inciso I, "in-fine", da Constituição Estadual, autorização para se afastar do País, entre os dias 6 e 22 do próximo mês de dezembro, com destino ao Japão, a fim de tratar, naquele País, de assuntos de interesse do Estado do Paraná.

Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer — DISPENSA DE PUBLICAÇÃO DA REDAÇÃO FINAL, dos seguintes Projetos:

PROJETO DE LEI N.º 120/74 — autoriza o Poder Executivo criar no Município de Grandes Rios, o Distrito Administrativo de Rosário, desmembrado do Distrito de Rio Branco, da Comarca de Faxinal, com sede e divisas que especifica.

PROJETO DE LEI N.º 55/77 — determina ao Poder Executivo adquirir duas viaturas, ao destacamento do Corpo de Bombeiros do Município de Paranaguá e dá outras providências.

PROJETO DE LEI N.º 107/77 — que dá nova redação conforme especifica, ao parágrafo único do artigo 39, da Lei n.º 4.766, de 13/11/63.

PROJETO DE LEI N.º 108/77 — que dispõe sobre a transferência de área terrotorial de um para outro município, conforme estabelece e dá outras providências.

PROJETO DE LEI N.º 167/78 — que cria no Município de JARDIM ALEGRE, o Distrito Administrativo de Lindianópolis, com sede e divisas que especifica.

PROJETO DE LEI N.º 26/78 — que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de PALMAS, imóvel de propriedade do Estado, conforme especifica.

PROJETO DE LEI N.º 54/78 — que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de PIRAÍ DO SUL, imóvel que especifica.

PROJETO DE LEI N.º 55/78 — que acresce parágrafo único com redação que especifica, ao artigo 143, da Lei n.º 6174, de 16/11/70.

PROJETO DE LEI N.º 93/78 — que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais" da cidade de Toledo.

PROJETO DE LEI N.º 94/78 — que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Ana Nery", da cidade de Alto Paraná.

PROJETO DE LEI N.º 95/78 — que autoriza o Poder Executivo ceder para uso dependências físicas e equipamentos respectivos, aos membros da União dos Escoteiros do Brasil Região do Paraná, em área de Parques e Reservas Florestais de propriedade do Estado, conforme especifica.

PROJETO DE LEI N.º 97/78 — que declara de utilidade pública o "Serviço Paroquial de Promoção Humana", com sede e foro na cidade de Lindianópolis, Município de Jardim Alegre.

PROJETO DE LEI N.º 98/78 — que declara de utilidade pública a "Associação Casa de Emaús", com sede na cidade de Cornélio Procopio.

PROJETO DE LEI N.º 128/78 — que declara de utilidade pública a Comunidade Evangélica Luterana Santa Cruz, com sede na cidade de Ponta Grossa.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 36/78 — referente convênio através da Secretaria do Planejamento e a SUDESUL.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 45/78 — referente convênio com o Município de TOLEDO.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 62/78 — referente convênio com o Município de NOVA ESPERANÇA.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 71/78 — referente convênio com o Município de ASSAÍ.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 83/78 — referente convênio através da Secretaria do Ministério da Educação e Cultura.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 84/78 — referente convênio através do Ministério da Educação e Cultura.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1978.

(a) Gilberto Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA (Declino).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, inscrito.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Fomos informados através da Imprensa que o Reitor de Londrina fecha o Diretório Central dos Estudantes de nossa cidade. Foram extintos, ontem, todos os mandatos dos dirigentes estudantis, e suspenso o funcionamento das sedes do Diretório Central dos Estudantes e Diretórios Setoriais da Universidade de Londrina.

A Resolução partiu do Conselho de Administração da Universidade e foi sancionada pelo Reitor José Carlos Pinotti. Ficaram, assim suspensas as eleições estudantis marcadas para hoje.

O Reitor determinou a apreensão de todos os bens e valores, contidos nas entidades em nome do Conselho de Administração, e, para isso, houve até arrombamento da parede.

Ao proclamar a decisão, a Reitoria anunciou que se baseou no fato de que, aquele Diretório vem, em constante processo de instigação, ao descumprimento das normas legais e regimentais a que toda comunidade universitária se acha submissa.

Enquanto os estudantes anunciavam que vai surgir o DCE livre da Universidade Estadual de Londrina, muitos deles permaneciam no interior da sede do Diretório, não permitindo a entrada dos representantes da entidade, que estavam encarregados de receber a própria sede e os bens do Diretório.

Os estudantes reunidos, decidiram que permaneceriam na sede pelo máximo de tempo possível e tentaram, mais tarde, realizar uma assembléia para resolver se entregariam ou não as dependências.

Ao justificar a medida, a Reitoria citou publicações feitas pelo jornal universitário "Poeira", que criticou membros dos Conselhos superiores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não haverá eleições estudantis para os dirigentes daquele diretório e dos diretórios setoriais da Universidade de Londrina,

que estavam programadas para hoje. Em resolução do Conselho de Administração n.º 510/78, e sancionada pelo Reitor José Carlos Pinotti, desde ontem, ficam extintos todos os mandatos dos dirigentes estudantis, além de ficar em suspensão o funcionamento das sedes das entidades.

Ao mesmo tempo em que constituía uma Comissão Especial composta por professores, conselheiros, cujo Presidente é o Professor Manoel Barros de Azevedo, o Reitor designou que os mesmos procedessem à apreensão de todos os bens e valores contidos nas entidades em nome do Conselho de Administração, o que foi feito ontem à tarde.

Sr. Presidente, quando se fala em abertura democrática, quando se fala em eleições livres, quando o próprio Governo acha que deve haver uma abertura, Sr. Presidente, o que nós verificamos na cidade de Londrina é o fechamento dos Diretórios daquela Universidade por parte do Sr. Reitor.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós resolvemos apresentar o seguinte requerimento, baseado nos termos que se seguem: (Lê).

"REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência, seja encaminhada manifestação de solidariedade aos estudantes de Londrina pelo ato arbitrário do Reitor José Carlos Pinotti, daquela Universidade, que determinou a extinção dos mandatos dos dirigentes do Diretório Central dos Estudantes e a suspensão do funcionamento das sedes da entidade, com a respectiva invasão e apropriação de bens patrimoniais.

A determinação daquela autoridade educacional, que veio pegar os estudantes de surpresa, não tem razões aparentes, exceção do desejo de impor o seu autoritarismo de forma violenta. Contudo, a decisão da Universidade Estadual de Londrina de extinguir o Diretório Central dos Estudantes e os diretórios setoriais, não abalará o ânimo da classe estudantil, pois já se cogita de fundar o DCE Livre da Universidade.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1978.

(a) Otássio Pereira."

Sr. Presidente, nós vamos entregar às mãos de Vossa Excelência, este requerimento. Se aprovado, então, seja enviado, como forma de protesto aos estudantes de Londrina, por este ato arbitrário cometido em nossa cidade, por Sua Excelência, o Senhor Reitor da Universidade de Londrina. O Sr. Renato Bernardi — V. Ex.^a permite um aparte?

(Assentimento) — Nós acompanhamos com preocupação o noticiário da imprensa estadual, dando conta das medidas administrativas que o Reitor da Universidade de Londrina tomou, uma forma drástica, violenta, distinguindo, pura e simplesmente o mandato de todos os diretórios estudantis, e nós temos observado, Senhor Deputado, a inviabilidade em que esse sistema vigente vem lançando a Nação de ponta a ponta.

Certamente, essas cenas desagradáveis não seriam assistidas pelos paranaenses, se as leis de exceção de violência e de arbítrio, não estivessem vigindo sobre toda a classe estudantil e é claro que as Universidades, dentro da sua função de escola, mas dentro da sua função de centro de pesquisa, ela tem uma função fundamental, que é a formação de lideranças sociais. Lideranças sociais, meu caro Deputado Otássio, não podem se formar com essa legislação de exceção e de arbítrio e, que se mergulhou o país.

O caso de Londrina, passa apenas a ser mais um efeito da autocracia que está aí. Enche a todos nós de preocupação, o que deverá estar acontecendo neste setor e em outros, onde, efetivamente, a democracia anda longe.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Eu agradeço a V. Ex.^a o aparte.

"Para o Advogado do DCE Jorge Bertin, depois de analisa-

da a resolução, poderá ser impetrado mandado de segurança contra a medida da Universidade. A alegação é de que alguns diretórios não prestaram contas, mas o caso das prestações está "sub judice", o que poderá deixar uma brecha para o mandado de segurança. Segundo as informações, antes das últimas eleições, em 1977, a Universidade negou-se a aprovar as contas e então o DCE fez a prestação de contas em juízo, ficando a partir daí, "sub judice". Ontem à noite, o advogado estudava a possibilidade de ser impetrado o referido mandado, baseado no teor da resolução".

Senhor Presidente, nós passamos às mãos de Vossa Excelência, esse requerimento lido há poucos instantes, por nós. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Concedo a palavra no Grande Expediente, ao Senhor Deputado Gilberto Carvalho. (Pausa) — Ausente, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Santa Felicidade, um dos bairros mais progressistas de Curitiba, está comemorando 100 anos.

A chegada dos italianos a Santa Felicidade, em 1.978, pode ser considerada como uma extensão do movimento migratório geral da península italiana para o Brasil. O que foi a contribuição dos colonos italianos para o desenvolvimento primeiro do Império, depois da República Brasileira, diz a história.

Os italianos contribuíram, entre nós, para a fixação de uma agricultura de mercado que tornou possível a extinção da escravatura; para a mobilidade social, na medida em que os agricultores enriquecidos se deslocaram para a cidade, iniciando-se na indústria e no comércio e para a mistura racial que acentuou os traços europeus da população brasileira.

Esta sociedade onde todos de mãos dadas caminham em direção ao futuro é um exemplo do pioneirismo de ontem, da solidariedade de hoje e da fé no amanhã.

Como filho de uma das primeiras famílias a se instalarem em Santa Felicidade, sinto-me orgulhoso e honrado por ter tido o privilégio de pertencer a esta comunidade, e quero deixar aqui o meu muito obrigado pela homenagem com que fui distinguido ontem pelos moradores do Bairro, por ocasião das festividades comemorativas ao evento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Consulto a Liderança da Aliança Renovadora Nacional, se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Estou usando a tribuna para fazer um apelo; um apelo à Comissão Especial que foi designada por esta Casa para apreciar a Mensagem do Sr. Governador que visa reestruturar o Quadro de Advogados do Estado e que, embora, a Mensagem de um Governo já esteja há mais de uma semana nas mãos dessa Comissão, não recebeu, ainda, o necessário parecer para que possa ser incluído na Ordem do Dia. Eu faço este apelo, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, pela importância que representa o advogado, para o Estado. Todos nós sabemos que algumas centenas de milhões de cruzeiros em causas contra o Estado, a favor do Estado, estão, exclusivamente, na competência, na honestidade e no caráter dos advogados que compõem o Quadro de Advogados do Estado e, dos que têm sido, na realidade, os grandes injustiçados porque enquanto um advogado de uma companhia mista, de uma companhia estatal ou de uma empresa pública, percebe cerca de trinta mil cruzeiros mensais, o advogado do Estado percebe um salário até vergonhoso, não passando dos sete mil cruzeiros. Este é um salário de vergonha para um profissional liberal. E o Sr. Governador do Estado, não se culpa o atual Governador, porque é uma

questão que vem há muitos anos; há muitos anos atrás, a classe dos advogados, como também dos médicos, dos engenheiros, enfim, as profissões liberais do Estado, têm sido injustiçadas através de todos os Governos; é preciso que se diga a bem da verdade, este, pelo menos, teve a sensibilidade de mandar a esta Casa, uma Mensagem que, se não atende de todo, às aspirações, os anseios, os desejos da classe, mas que esta mensagem representa alguma coisa de substancial para o advogado. E não seria justo que esta Casa, na iminência de encerrar não só o período, mas uma legislatura completa, não dê a sua contribuição aos advogados do Estado. Não é justo que esta Casa, por omissão, deixe de apreciar uma Mensagem que visa corrigir uma injustiça que deveria, há muito mais tempo, ser corrigida.

É verdade que ainda ficam os demais profissionais liberais do Estado, ainda ficam com um saldo a haver da atual administração e, também, desta Casa. É verdade que os médicos, os engenheiros, os veterinários, os professores, enfim, as profissões liberais estão muito aquém daquilo, percebendo muito aquilo que, por justiça, e pela importância do seu trabalho e pela importância que tem para a vida do Estado, o trabalho desses profissionais, estão recebendo. Todos sabemos o quanto é importante, na vida de um homem, o salário, o bom salário, porque um homem mal remunerado é um homem revoltado. O homem que não ganha o suficiente, principalmente, um profissional liberal, que tem um papel de destaque na sociedade, na comunidade em que vive, este não pode ser esquecido jamais pelo Poder Público. Este tem que ter vencimentos condizentes com a sua hierarquia profissional, com o grau de estudo, de cultura que ele possui. Foram anos e anos de Faculdade que não podem ser jogados ao léu. A persistir uma situação tão aviltante para o profissional liberal, como ocorre no Estado do Paraná, diga-se de passagem, não responsabilizo o atual Governador, talvez um dos maiores que o Paraná já teve, mas é um fato vergonhoso que vem ocorrendo por diversas administrações.

Quase todos os Governadores que ocuparam o Palácio Iguaçu têm o seu quinhão, a sua parcela de responsabilidade nessa situação de verdadeira humilhação que vive o profissional liberal do Paraná.

Por essa razão, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, é que eu faço aqui um apelo a essa Comissão Especial, para que devolva à Mesa a Mensagem Governamental, a fim de que sendo ela incluída na Ordem do Dia, possa esta Casa cumprir o seu dever para uma classe tão injustiçada.— (Sem revisão do orador).
O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Consulto a liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, no seguinte teor:

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, preferência na votação do Projeto de Lei n.º 164/78, constante da Ordem do Dia, marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1978.

(a) Gabriel Manoel”.

Em votação o requerimento.— Aprovado.

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

EM VOTAÇÃO —

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 164/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 105/78, de Proposta Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 1979. Parecer

da COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FAVORÁVEL ao Projeto e EMENDAS com restrições.— Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO —

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125/76, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Lar Belém, com sede e foro no Município de Nova Santa Rosa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO —

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 07/78, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que declara de utilidade pública a “FUNDAÇÃO FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO, com sede e foro na cidade de Pato Branco. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO —

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 43/78, de autoria do Deputado DAVID FEDERMANN, que declara de utilidade pública a “CASA TRANSITÓRIA FABIANA DE JESUS”, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO —

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 50/78, de autoria do Deputado LÁZARO DUMONT, que declara de utilidade pública o INSTITUTO PIO XII, com sede na cidade de Quatro Barras, e forum nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO —

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 109/78, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que declara de utilidade pública o “CENTRO SOCIAL DE BEM ESTAR AO MENOR DE BARRAÇÃO E DIONÍSIO CERQUEIRA”, com sede e foro na cidade de Barracão. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO —

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 112/78, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS DE GOIOERÊ”, com sede e foro na cidade de Goioerê. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO —

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 114/78, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que denomina Deputado BENEDITO LÚCIO MACHADO, a rodovia que liga a sede do Município de Santo Antônio da Platina, ao Distrito de Platina, no mesmo Município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., COM EMENDA, por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO —

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 119/78, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que declara de utilidade pública a Sociedade Civil “BOCA MALDITA, com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO —

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 126/78, de autoria do Deputado PAULO CAMARGO, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIO-

NAIS DE PARANAVAÍ-APAE", com sede e foro na cidade de Paranavaí. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO —

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 133/78, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTA MADALEMA SOFIA", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO —

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 134/78, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade pública o "RECANTO DOS VELHINHOS DE CIANORTE", com sede e foro na cidade de Cianorte-Pr. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO —

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 160/78, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que declara de utilidade pública a "TENDA ESPIRITUALISTA DE UMBANDA INHAÇA" com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO —

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 161/78, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública as "OBRAS SOCIAIS DE IBEMA", com sede e foro no Distrito de Ibema, Município de Catanduvas. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO —

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 87/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 15/78, ex-Proposição n.º 100/78 — aprova o convênio de Auxílio e Cooperação, celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e da FAMEPAR, com o Município de Balsa Nova, objetivando aplicação de recursos que especifica, visando a melhoria do sistema de transportes naquela Comuna. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO —

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 88/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 113/78, aprova convênio de Auxílio e Cooperação, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação e interveniência de órgãos que especifica, com o Município de Mallet, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual de Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO —

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 102/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 24/78, ex-Proposição n.º 180/78 — aprova convênio de Auxílio e Cooperação n.º 20/70, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de União da Vitória, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, visando a melhoria do sistema de transporte urbano naquele município. Pareceres

FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO —

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 107/78, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que dispõe sobre subvenção anual à Associação das Assembleias Legislativas do Brasil — ASALB e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO —

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 122/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 205/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de Jandaia do Sul, visando a execução de Cursos Supletivos — FASE II do Projeto "MINERVA". Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO —

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 123/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 206/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de PEBIRU, visando a execução de Cursos Supletivos — FASE II do Projeto "MINERVA". Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO —

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 133/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 68/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Tijucas do Sul, objetivando execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO —

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 134/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 89/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, com o Município de JUNDIAÍ DO SUL, objetivando aplicação de recursos financeiros conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO —

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 239/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 113/78, ex-Proposição n.º 415/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio e o Ministério da Indústria e do Comércio, objetivando proporcionar ao Estado, cooperação técnica e financeira com vistas à elaboração do Projeto "PLANO ESTADUAL DE COMERCIALIZAÇÃO". Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

EM VOTAÇÃO —

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 184/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 128/78 — que cria a carreira de Redator, escalonada entre os níveis 24 e 28, no QUADRO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., COM SUBS-

TITUTIVO, por unanimidade e FAVORÁVEL ao Projeto EM SUA FORMA ORIGINAL, da C.F. e C.R.H., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.

A Presidência adverte aos Srs. Deputados que o Projeto de Lei n.º 184/78 de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 128/78, que cria Carreira de Redator, escalonada entre os níveis 24 e 28 do Quadro do Pessoal do Tribunal de Justiça e dá outras providências.

Pareceres favoráveis da CCJ com substitutivo, por unanimidade e favorável ao projeto em sua forma original, da Comissão de Finanças e Recursos Humanos por unanimidade, em regime de urgência.

Esta Presidência quer advertir aos Srs. Deputados que a emenda oferecida ao referido Projeto de Lei n.º 184/78, obteve parecer contrário da Comissão de Finanças, portanto, deverá ser colocado inverso na sua votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei n.º 184, com sua respectiva emenda, por favor, queiram se levantar.

Esta Presidência vai novamente esclarecer o Plenário, mas pede que os Srs. Deputados atentem para o problema.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Vossa Excelência fez referência ao parecer da Comissão de Finanças, que deu parecer contrário.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Contrário, exatamente. Em razão disto, é que o projeto deverá ser colocado em sua votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Mas o projeto e depois a emenda, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — A emenda, evidentemente.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Vossa Excelência está colocando em votação o projeto ou a emenda?

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — A emenda.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, o substitutivo, queiram se levantar. (Pausa).

—Rejeitada a emenda.

Em votação o Projeto de Lei n.º 184/78. **Aprovado por unanimidade.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 156/78, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que institui o Sistema de "PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE", contra qualquer agente poluidor ou perturbador e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.M.A., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 156/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica instituído o sistema de Proteção do Meio Ambiente contra qualquer agente poluidor ou perturbador, na forma prevista nesta Lei.

§ 1.º — Para efeito deste artigo, considera-se Meio Ambiente como conjunto de todos os seres vivos, vegetais e animais e o meio físico que lhes serve de substrato.

§ 2.º — Considera-se como agente poluidor ou perturbador qualquer ação exercida sobre este Meio Ambiente capaz de causar o desconforto, o desaparecimento ou morte dos seres vivos nele integrados, inclusive o homem.

Art. 2.º — Caberá à Administração de Recursos Hídricos ARH a aplicação e a fiscalização para o fiel cumprimento desta lei, de seu regulamento e das normas delas decorrentes.

Art. 3.º — Fica proibida qualquer ação de agentes poluidores ou perturbadores, bem como, o lançamento ou liberação

de poluentes sobre o Meio Ambiente.

§ único — Denomina-se poluente qualquer forma de matéria ou energia que, direta ou indiretamente:

a) — Prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população;

b) — Criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) — Impeçam o uso racional dos recursos naturais;

d) — Causem ação depredatória excessiva.

Art. 4.º — A instalação, a construção ou a ampliação, bem como, a operação ou funcionamento das fontes de poluição que forem enumeradas no regulamento desta lei, ficam sujeitas à prévia autorização da ARH, mediante licenças de instalação e de funcionamento.

§ único — É considerada fonte de poluição qualquer atividade, sistema, processo, operação, maquinária, equipamentos ou dispositivos, móvel ou imóvel, previsto no regulamento desta lei, que altere ou possa vir a alterar o Meio Ambiente.

Art. 5.º — As pessoas físicas jurídicas que infringirem esta lei, serão punidas com a multa diária de 5 (cinco) a 100 (cem) valores de referência regionais, enquanto perdurar a infração.

§ 1.º — A aplicação das penalidades de que trata este artigo não impede que outras ações paralelas de responsabilidade penal sejam tomadas.

§ 2.º — As importâncias arrecadadas através da aplicação de multas serão destinadas à ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS — ARH.

Art. 6.º — Esta lei será regulamentada dentro de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de sua publicação.

Art. 7.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal (Emendas Constitucional n.º 1, de 17/10/78, em seu artigo 8.º, inciso XVII, letra C), diz compete à União legislar sobre normas gerais de defesa e proteção da saúde. O parágrafo único desse mesmo artigo ressalva a competência dos Estados para legislar supletivamente sobre a mesma matéria (essa competência supletiva inclui também a complementar).

Portanto são competentes para legislar sobre a saúde pública a União, os Estados e os municípios, e mais ainda no que se refere à poluição ambiental.

A política de prevenção ao meio ambiente deve ser apropriada através de uma legislação capaz de proporcionar aos organismos competentes as condições essenciais para disciplinar as ações poluidoras e perturbadoras do Meio Ambiente.

Essa política de prevenção é resultado de estado de alerta e de vigilância dos representantes do povo no assunto poluição ambiental.

A poluição ambiental é fruto do desenvolvimento.

Este desenvolvimento se planejado em todos os seus aspectos, e, no caso, sobre os recursos naturais, será controlado se existir diploma legal que trate da matéria em causas e efeitos, e, instituição que tenha função de defesa do Meio Ambiente.

Em nosso Estado se observa a carência de um instrumento legal que dê amparo à Autarquia Administração de Recursos Hídricos, órgão estadual vinculado à Secretaria de Estado do Interior, no que trata de preservar ao homem adequadas condições ambientais. A Administração de Recursos Hídricos, é, no Paraná, delegado da Secretaria Especial do Meio Ambiente, por convênio de 5 (cinco) anos, a partir de 13/06/78.

A Secretaria Especial do Meio Ambiente — SEMA, foi criada pelo Decreto 73.030, de 30/10/73, no âmbito do Ministério do Interior, orientada para a conservação do meio Ambiente e ao uso racional dos recursos naturais, com legislação especial. A situação de ausência de um diploma legal tem preocupado a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta

Assembléia Legislativa que, por isso, já há alguns meses tem mantido, através da Presidência, contatos com a Superintendência e técnicos especializados da A.R.H.

No final do mês de junho, inclusive, esta Casa de Lei ouviu a magnífica e importante exposição a respeito das atividades que a A.R.H., desenvolve no tocante à preservação, controle e educação ambiental, e, os problemas que enfrenta.

E o quanto puderem sentir os senhores deputados que a ouviram das dificuldades existentes pela falta de um instrumento legal adequado. E essa não existência de instrumento legal torna-se óbice para completa implantação e implementação de projetos e atividades com as metas de respeitar a qualidade de vida ao homem do Paraná.

Resultante de trocas de informações sentimos a urgência de apresentar seguinte projeto de lei que visa preencher esta lacuna para o desenvolvimento equilibrado e ordenado de nosso Estado, sem agressões maiores aos recursos ambientais, através de prevenção, ao invés de correções dos desequilíbrios.

É oportuno destacar que a economia do Estado se fundamenta, justamente, no bom uso dos recursos oferecidos pela natureza de modo que, uma política que fixe atribuições, estabeleça normas, caracterize especificações, sob tecnologia atual em programas de preservação em integração do progresso.

Cabe ao Governo prover o amparo legal para que se possa usar a natureza, não prejudicando os recursos, obtendo benefícios e minimizando os desequilíbrios que poderiam tornar os processos da natureza irreversíveis.

É uma situação de urgência que se mantenha o equilíbrio ecológico com estabilização de todos os componentes do ecossistema, ou de todos os organismos vivos e seu meio físico. Essa falta de equilíbrio gerará atrofia, isto é, redução de crescimento ou da atividade de qualquer organismo vegetal ou animal que encontro condições desfavoráveis. Tais condições se negativas causam alterações na cadeia alimentar e em aspectos amplos do habitat, ser toda área física onde vive uma determinada espécie.

Sabe-se que uma comunidade, como conjunto de populações num determinado espaço, depende de boas condições da biosfera para a vida ser possível. A degradação, destruição ignominiosa de uma qualidade ambiental, estrago ou aviltamento da natureza produzirá modificações prejudiciais. E a extrapolação desses valores da natureza situam em posicionamento questionável a qualidade de vida das pessoas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 156/78

PARECER

De autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, o presente Projeto de Lei n.º 156/78, tem por finalidade instituir no Estado o sistema de Proteção do Meio Ambiente e dá outras providências.

Analisando a proposição em tela, temos que em seu bojo se encontra justificativa das mais detalhadas que nos convence da sua importância e oportunidade em prol do nosso Estado, visando proteger o meio ambiente atualmente tão ameaçado.

Legal e constitucionalmente a matéria não encontra óbice algum que possa impedir a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, e deixando-se que o mérito da proposição seja melhor analisado pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente;

Luiz Alberto Oliveira, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Parecer ao Projeto de Lei n.º 156/78

O presente plano de lei tem por escopo instituir normas capazes de assegurar a manutenção do equilíbrio ecológico, seriamente ameaçado em nossos dias.

Para a aplicação das medidas previstas, a proposição credencia a Administração de Recursos Hídricos, órgão vinculado à Secretaria do interior, que dispõe de infra estrutura suficiente para bem cumprir a missão sem aumento da despesa pública.

Assim, nosso parecer é favorável à aprovação da matéria.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1978.

(a) Erondy Silvério, Presidente e Relator.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Parecer ao Projeto de Lei n.º 156/78

De autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, o presente Projeto de Lei n.º 156/78, visa instituir em nosso Estado, o sistema de Proteção do Meio Ambiente e dá outras providências.

A justificativa que acompanha a proposição bem exemplifica o alto sentido da proposição em benefício do meio ambiente e da ecologia, tão ameaçada que se encontram em nossos dias.

É deveras meritória a instituição através de uma lei de âmbito estadual que venha proteger e estabelecer normas contra agentes poluidores.

Meritória e das mais louváveis são as finalidades da matéria, razão pela qual o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1978.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Paulo Camargo, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 186/78, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que acresce de parágrafo único conforme especifica ao artigo 10 e dá nova redação ao artigo 13, da Lei n.º 6639, de 05/12/74. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— COM SUBSTITUTIVO DA C.C.J.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final de diversos projetos de lei e de resolução.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pelo transcurso do 15.º ano de relevantes serviços prestados pela TELEPAR.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, em forma de sugestão, no sentido de que na proposta da nova Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, seja criada a Comarca de Guaratuba, com jurisdição sobre o Município de Matinhos.—Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de manifestação de solidariedade aos estudantes de Londrina, pelo ato arbitrário do Reitor José Carlos Pinotti, da referida Universidade, que determinou a extinção dos mandatos dos dirigentes do Diretório Central dos Estudantes e a suspensão do funcionamento das sedes da entidade, com a respectiva invasão e apropriação de bens patrimoniais.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, indagando se as recentes aquisições de ônibus destinados aos municípios, têm como objetivo precípua o atendimento de escolares, ou poderão ser utilizados pela ARENA, através de seus cabos-eleitorais do interior, em suas campanhas políticas. Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, conforme justificativa já feita por ocasião deste requerimento, — que perdeu a sua oportunidade porquanto se fala, na campanha eleitoral, da utilização deste ônus para a campanha eleitoral, e, como já passou da época, é um requerimento datado, se não me engano, datado de outubro, por este motivo não tem mais sentido o requerimento, nós votamos contrariamente ao requerimento apresentado pelo nobre Deputado Domício Scaramella, dado que já perdeu sua oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram permanecer como estão. — **Rejeitado o requerimento.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade ao jornal "Movimento", que teve sua edição número 177, apreendida pela Polícia Federal de São Paulo.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, eu pedi a palavra pela ordem, para pedir verificação de votação do requerimento do Deputado Domício Scaramella, e como estava desligado o microfone aqui, então eu pediria a Vossa Excelência que colocasse...

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Esta Presidência lamenta, mas não poderá voltar, porque já é matéria encerrada e não voltará atrás. E já submete à apreciação do Plenário o requerimento do Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, eu pedi a palavra, pela ordem, mas é que Vossa Excelência estava lendo e não escutou, não atendeu. Então foi este o motivo que...

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Mas esta Presidência entende que foi inoportuna a sua questão de ordem.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) — Mas logo em seguida que foi colocado em votação, verificado anunciado o resultado eu pedi verificação de votação. E é regimental, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Lineu Schwartz, que requer voto de solidariedade ao jornal "Movimento", que teve seu número 177 apreendido pela Polícia Federal. Em votação.

O SR. LINEU TURRA (Pela ordem) — Sr. Presidente, eu quero saber se Vossa Excelência atende ou não atende.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Não, já está indeferido.

Esta Presidência considerou matéria vencida. E já está com outro requerimento em pauta.

O SR. LINEU TURRA (Pela ordem) — Sr. Presidente, mas então eu pediria que na outra oportunidade, Vossa Excelência atentasse para os Srs. Deputados, quando pedem uma questão de ordem. Quando se manifestam no plenário. Porque eu solicitei e não fui atendido.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Esta Presidência tem sempre a maior boa vontade, atendido as questões de ordem com a melhor solicitude.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Deni Schwartz.

Os Srs. Deputados que o aprovam,...

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela ordem) — Para encaminhar a votação.

Sr. Presidente, esse requerimento já foi objeto de discussão e com argumentação feita pelo eminente Deputado Erondy Silvério, nós voltamos a reafirmar o nosso ponto contrário à aprovação desse requerimento, porquanto esse órgão não merece o nosso apoio e votaremos contrário ao requerimento.

querimento do Deputado Deni Schwartz. Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram permanecer como estão.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente. Quando da discussão desse requerimento, por equívoco deste Deputado, citamos que a Manchete que levou à apreensão do jornal "Movimento", foi a que diria "Votos derrotam a Ditadura".

Na verdade não foi isso. Na verdade a explicação do Sr. Ludwig, assessor do Presidente da República, a frase que levou à apreensão do jornal, foi a frase: "Geisel vota na Latrina". E que esta frase seria ofensiva à educação do brasileiro.

Bem, acontece, que essa mesma imagem, foi transmitida pela televisão, "Jornal Nacional", da TV-Globo, do dia 15 de novembro, quando realmente o nosso Presidente da República, se equivocou e entrou na latrina das senhoras e não na cabina própria. E não foi considerado ofensivo à educação do brasileiro.

Em segundo lugar, numa verdadeira afirmação de que Pelé tem razão, também o Sr. Ministro dos Transportes, votando, votou errado.

No entanto, vi muita gente quase analfabeta votando direitinho, não precisando voltar da cabine e pedir nova cédula. É por isso que nós precisamos dos jornais da esquerda ou da direita. E além do mais, Sr. Presidente, acaba de ser ontem, por decurso de prazo, aprovada a nova Lei de Segurança Nacional, que aliás, desde o "Estado Novo", vem sendo aprovada sem a participação dos parlamentares. E que desta vez, também se esquivaram de votá-la. E como diz Barbosa Lima Sobrinho, eminente historiador brasileiro, um dos grandes defeitos desta lei é enquadrar a imprensa, os crimes de imprensa na Lei de Segurança Nacional. Portanto, me parece que nós precisamos de jornais de direita e de esquerda, mesmo porque esquerda, agora, está em moda. O General Golbery é da esquerda, o banqueiro Magalhães Pinto é do centro-esquerda, todo mundo agora é da esquerda, como bem disse um eminente editorialista do "O Estado de São Paulo": "Não existe mais direita, existe apenas esquerda, do centro para a esquerda".

Não há porque nós não aprovarmos o voto de solidariedade não a um jornal da esquerda ou da direita, mas à imprensa brasileira, que se vê novamente ameaçada de ter as edições de seus jornais apreendidas.

Porisso, apelo à nobre bancada da ARENA, se realmente faltou com a educação para com o Presidente da República, deve ser processado, mas pela lei, que é a lei de Segurança Nacional; que seja enquadrado na lei de imprensa, e que seja julgado, mas não apreendido, proque o que se fez, no caso, é um verdadeiro boicote econômico a esse jornal nanico da nossa imprensa. (Revisado pelo orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram permanecer como estão. (Pausa).

Rejeitado o requerimento.

O SR. LINEU TURRA — Pela ordem. Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Atendido. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Deni Lineu Schwartz, que requer voto de solidariedade ao jornal "Movimento", que teve o seu nº 177 apreendido pela Polícia Federal de São Paulo, por favor queiram levantar-se. (Pausa)

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento do Sr. Deputado Deni Schwartz, queiram levantar-se. (Pausa).

12 Srs. Deputados o aprovam.

10 Srs. Deputados o rejeitam.

Conseqüentemente não há "quorum" para deliberação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 29, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 136/75.

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 125/76, 07, 43, 50, 109, 112, 114, 119, 126, 133, 134, 160 e 161/78.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 156 e 186/78, e de Resolução n.ºs 87, 88, 103, 107, 122, 123, 133, 134 e 239/78.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 116 e 177/77 e 81 e 155/78.

Levanta-se a sessão.

Portaria:

PORTARIA N.º 366/78

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10.045, de 17 de outubro de 1978,

R E S O L V E:

LOTAR, os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, conforme especifica, ressaltando as designações anteriormente feitas, para prestarem serviços fora de seus órgãos de lotação.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

ANTÔNIO DOS SANTOS RIBAS
AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS
AYRTON PRECOMA
ALSTON XAVIER DA SILVEIRA
ANTÔNIO JOÃO GREBER
LÍDIA MUCHINSKI
BELMIRO MARTIN
CARLOS AUGUSTO FERNANDES
FRANCISCO BUBNIAK
CELLI EUCLÉA GALLIANO
CLARICE SZATKOWSKI
CLÉA CARNEIRO TEIXEIRA
EDISON HEIBEL
LUIZ CARLOS MOLINARI
EUMÊNIA DE OLIVEIRA
GAUDÊNCIA GIL TEIXEIRA
HEITOR GURGEL DO AMARAL VALENTE NETO
NELITA RIBEIRO HARTMANN
JURACY JOSÉ SOMMAVILLA
IZAURA BRAVOS
JAIR CORDEIRO FERREIRA ALVES
JAIR CAMARGO
JOÃO ALBERTI ANDRETTA
JULIETA ROSA SAMPAIO
LAURO ALCÂNTARA MARTINS
LENY SABÓIA
IOLANDA GUIMARÃES MELO DE CASTRO
JOSÉ ESTEFANO BRITO WITOSLAWSKI
LUIMIR AMORIM PEREIRA
LUIZ FERNANDO FLORES
LYDIA SCHONBACHLER DE ALMEIDA
MADALENA MARIA DE LIMA
MANOEL MARTINS DE CASTRO
GLACI BELICH
NEVINHA MARIA CARDOSO
MARIA ELIZABETE POLI KUROWSKI
MARLENE COUTO DE CRISTO
IONE CHAVES CAPRILHONE
OPHIR FABELINO DE SOUZA
RENE VASCO GARCIA
TEREZINHA RUPPEL GLUCK
RUBENS DAMAS
WILSON RAMOS
MARIA DE LOURDES MALTAURO
CLEMETILDE DELFINA BORTOLON

LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA
CLEIDE ANGELINA MOLINARI DA SILVA
JOSÉ AFONSO COELHO
EMÍLIO REINOLDO GREBER
VALDICIR NASSAR
ROQUE DE CRISTO
LUCIANO ANTÔNIO BITTENCOURT
JAHIR DALAGASSA
ANTÔNIO CECCON
RUI FRANCISCO GABARDO
SEBASTIÃO DE CRISTO
SALOMÃO DE SOUZA ANDRADE
ZENAIDE SILVA FILPO
ALMIR OLIVEIRA DOS SANTOS
ALZEMIRO ARTIGAS
JONAS DE SOUZA PORTO
JOSINA PEREIRA JANJÃO
LUIZ BROTTTO NETO
MADONA SIDILHA DOS SANTOS LOYOLA
MARIA DE LOURDES SANTOS
MARIA DOLORES TULIO BARVIK
ORLANDO SABOTTO
LINDAMIR GONÇALVES BORGONOVO
JOSÉ DA TRINDADE
JOSÉ CARLOS PEREIRA PORTELA
ALEXANDRE RADICHWSKI
ALCEU RAMOS
LÁZARO DA SILVA
JOÃO MARTINS SOBRINHO
WALTER CID RODRIGUES E SILVA
NANCI TEREZINHA KOTELAK
ALBERTO CARAZZAI NETO
ANTÔNIO ALVES DE OLIVEIRA NETO
ANTÔNIO LACERDA BRAGA NETO
CARMEN APARECIDA FREGONEZE
MARIA APARECIDA DO RÓCIO G. DO AMARAL
DILMAR ABÍLIO ARCHEGAS
EDOUARD ELIAS THOMÉ
ELCY DA SILVA BATISTA
ALCEU ALVES PASSOS
FRANCISCO ACCIOLY RODRIGUES C. NETO
PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
ACIR TEIXEIRA
IVO GUSO
JOSÉ JOAQUIM
JOSÉ TAVARES CANTO FILHO
LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR
LORIS CORDEIRO DE BARROS
LUIZ DOUGLAS FERREIRA
MARIA AMÁLIA CESAR CERCAL DE OLIVEIRA
LUCIANO LACERDA FILHO
MUSSA JOSÉ ASSIS
MYRTHES MADGA GOMES
RENATO EUGÊNIO REBELLO SCHAITZA
RICARDO SABÓIA KHOURY
ROBERTO DINIZ SÁTIRO
SÍLVIO SEBASTIANI
PEDRO LIBERTI
JOANA DE BIASIO DA CUNHA
LADY CUNHA
LILIAN DOS SANTOS REBELLO
MYRIAM CORREIA MONTANHA TEIXEIRA
AGAR LEILA DE MENDONÇA GUIMARÃES
SIOMARA LOPES GOMIDE
HELENA REGINA STEPHAN
MARIA DO ROSÁRIO MARQUES
LEONOR HILGERT MORAES
DOROTI DA CUNHA WOLKNER

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

ANTÔNIO MASSUCHETTO
 LEONILDO MARCHIORO
 ANNA ROSA BELO VIANA
 ANTÔNIO CARLOS DANTAS
 ARLETE BELMONT ZEBALLOS
 ARY NATAL CHEMIN
 AINED MARIA REINHERT TIZZOT
 BERTOLDO SHARWARZBACH
 BOLIVAR CAMARGO BARROS
 CELIA MARIA GRACIA HATSCHBACH
 CELSO FARACO
 CLOVIS DE FREITAS
 DIVA DO VALLE CAVALCANTI
 DUÍLIO DIAS
 EDU LIBERTI
 ELENI SILVEIRA
 ETHEL DE PINHO NEVES
 FARID LUIZ GUÉRIOS
 GILBERTO LAMPARELI SILVA
 HILDA GUIOMAR ARGUELLO
 IGLAIR SMANIOTO
 IGNEZ DE OLIVEIRA
 IONE MARIA DA CONCEIÇÃO XAVIER
 IRACILDA SILVA SERTÓRIO
 JANET DA SILVA SANTOS
 JOGUIBE MANSUR
 JORGE ASSAD MANSUR
 JOSÉ CLÁUDIO LUZ
 JOSEFA KUCEK LEVANDOSKI
 LUIZ CARLOS CARON GROSSI
 JOSÉ CARLOS PEREIRA
 MARIA HERCÍLIA CÂMARA CONTER
 MIGUEL JORGE NASSAR NETO
 MOYSES ABDALA MAGALHÃES
 NORMA BUEST ROSÁRIO
 ODIR GOMES DA ROCHA
 OSVALDO MARQUES
 CENIRA SILVEIRA DA COSTA
 PLÁCIDO CORDEIRO DE PAULA
 RAUZ ZIPERER
 RUI RIBAS DE OLIVEIRA
 SÉRGIO ZACARIAS
 NORMANDO PEDRO CULPI
 ZELMA LOPES WOJCIK
 ALCEU WALTER NIEDZWIEDZ
 BELKIS FERNANDES
 JOSÉ ELIAS MARTINS
 SÉRGIO VALÉRIO ANTANUCCIO
 MAI FAIR PERINE
 REINALDO XAVIER BITTENCOURT
 ZILDETE TEIXEIRA
 NILVA MARIA MORO
 OLGA MARIA DA ROCHA ATHAIDE CAMARGO
 NEUSA OLÍVIA MELARA
 LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA
 HERCULANO CORDEIRO
 FRANCISCO DE OLIVEIRA BINI
 LÍGIA MARIA DA SILVA
 NELSON ARAÚJO ARAÚJO
 MARCOS UNIGA
 OSVALDO FARIA
 EMMA ELY ATHANASIO RUPP
 EMÍLIA DE MIRANDA BECKER
 GABRIEL BROTTTO
 HILDA MATHIES BLANC
 LUIZ AUGUSTO CANTADOR
 ANGELINA GARCIA PACHECO

CLARICE FRÓIS DE MIRANDA
 OLGA POPOVITCH
 HENRIQUE WOJCIK
 LUIZA ZACK VIANTE
 JOEL DA SILVA NATAL
 DIRCEU GONÇALVES CORDEIRO
 MARCIONILIO SANCHO CAMBUHY
 IZIDORO CECCON
 CESAR AUGUSTO AGOSTINI P. NUNES
 MARIA ALEXANDRINA MOREIRA PONCIO
 MARIA LEONILDA ROCHA
 MARIA MOREIRA MACENO
 LUIZ LIMA
 JOUBERTH DA SILVA SANTOS
 LELIGTON LOBO FRANCO
 SÍLVIA PEIXOTO GRANADO
 VALDOMIRA DEMETERCO
 BRÍGIDA LOBO KOLAROVICS
 CELSO MARIANO DOS SANTOS
 ALMIR MONTEIRO
 ROGÉRIO FABIANO NEVES DA CRUZ
 RUTH DA SILVA LOPES
 ARACI ZECK
 JOÃO FARINHAK
 ISaura BUENO
 IZOLLA GLISTAU BARRICHELLO
 ALAÍDE MARIA LOFFHAGEN LUZ
 ANDRELINA CORREIA ALVES
 CENIRA DOS SANTOS FREITAS
 ALICE DO ROSÁRIO ANTUNES
 AURORA RIBEIRO GONÇALVES
 TABAJARA MARTINS
 SINHORINHA BERNARDI
 ALCIDES ZONATTO
 ANTÔNIO DA SILVA
 ANTÔNIO GULBINO
 CASEMIRO MARQUES
 EUTHALIA MARTINS DA SILVA
 RUBYS DE SOUZA
 AMADO ZONATTO
 JOAQUIM VIEIRA DA SILVA
 JOEL NELSON HECK
 JANDIR NARDIN
 LUIZ ALBERTO SOFFIATI CASSAL
 MANOEL PINHEIRO CANGUSSU
 MAXIMINIO CARDOSO
 NELSON FERREIRA DE ARAUJO FILHO
 NERVERCINDO RIBEIRO DE LIMA
 ORLANDO MORO
 RAUL WOLF
 SOFIA KOLOSOVSKI
 UMBERTO MORO REDESCHI
 IZABEL DE FREITAS
 CECÍLIA JURECKI STUART
 JOÃO FARIAS
 JONAS ZAMPIER
 NOIR PACHECO
 MARIA DA LUZ AZEVEDO SOARES
 MARIA LÍDIA RATZK
 LUIZ CARLOS MONTEIRO
 NADIR DE OLIVEIRA SANTOS
 LINDAMIR DOS SANTOS
 ODAHIR COSMOS
 IZABEL SANTO ALAYA LAMUR
 DORIVAL DELAGASSA
 JOSÉ ARY VALÉRIO
 LUIZ FERNANDO GOTARDI
 MARIA IGNÉSIA CAVALARI FAGUNDES

SEBASTIÃO BUENO
 ÁLVARO SÉRGIO MARAVALHAS
 JOANA MACIEL DE FARIA
 ANNA CHRISTINA DE SOUZA
 ERNESTO PERACETTA
 FRANCISCO TABORDA RIBEIRO
 GIOACHINO SUGAMOSTO
 HAROLDO DO NASCIMENTO
 MARIA ARANTES DE LIMA
 JOSÉ CHECHELISKI
 JÚLIA JOLINSKI DE PAULA
 MAURÍCIO GONÇALVES
 MARIA M^{TE} GUSO
 MARIA AL^{TO} GUERRA
 NELSON AL^{DRÉ} DE ARAÚJO
 NORBERTO HUSCH
 JOAQUINA LOURENÇO JOSÉ
 IZAIR PEREIRA FLORES
 IVETE HENEQUEM DRANKA
 IRACY DA SILVA RUDNIK
 JOÃO CRUZ
 JOSÉ CARLOS JANJÃO
 MARIA DO ROCIO MEDEIROS B.WITOSLAWSKI
 MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES
 MARLENE DE BRITO PERRONE
 ROSALINA PEREIRA SANTIN
 PAULINA SCHERNER SIMÕES
 FRANCISCA DA SILVA CAVALHEIRO
 MARLENE PERRY GONÇALVES
 ILZA DOS SANTOS LOPES
 JACYRA MACHADO BINI
 CELINA BIANCHI
 ELDO GEVEZIER
 FLORIPES ALVES BOSH
 GENIR DOS SANTOS FERNANDES
 JOANA DE LIMA
 HONÓRIA CORDEIRO
 ROSÁRIA CARDOSO DE LIMA
 JOSÉ ALVES GUIMARÃES
 WALTER JOSÉ PEIXER
 IRANI CARINI
 AYRTON ALVES ARANHA
 GENI CARNEIRO
 MARIA NEIDE BOZZA STIVAL

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

MOACIR JORGE NARDI
 ALFREDO PRESTA
 ANTÔNIO CECY
 ANTÔNIO GARCIA
 ARISTEU DA SILVA BERGER
 CARLOS DOUGLAS BUROWSKI
 DURVAL DAROS
 ESVERBEN GUIMARÃES PLAISANT
 HILTON RONALD ALICE
 JOSÉ DE ARIMATHÉA CLETO
 LAERTES LUIZ FOGGIATO
 LUIZ ANTÔNIO CARON
 LUIZ LOSSO
 LUIZ RUPPEL BITTENCOURT
 MANRIQUE GÂNDARA FILHO
 PEDRO ÁLVARES DOS SANTOS
 SÉRGIO MANOEL PLOPLADECERCAL
 WALTER ADÃO PINTO DE MACEDO
 DULCÍDIO CALDEIRA JÚNIOR
 HUGO MARTINS KOSOP
 ISRAEL DINIZ
 JOÃO MARIA SERPA

AIMORÉ OD ROCHA
 LUIZ CARLOS MARTINS ARAÚJO
 JORGE MATHIAS JÚNIOR
 RONALDO LOPES LINHARES
 ALMIR SANTOS
 ADEL MATRING FRANCALACCI ESPÍNOLA
 ALBINO DE BRITO FREIRE
 ANTÔNIO MARTINS ANIBELLI
 BLUMER BOSQUÍLIA
 GABRIEL QUESADA FILHO
 ILSON ESTEVÃO DE ALMEIDA
 GERSON EVANGELISTA PASSOS
 LUIZ FERNANDO MALHEIROS CARNEIRO
 MÁRIO HENRIQUE DA CRUZ
 RAIMUNDO CARLOS CAPELA PIOLI
 RITA CELESTINO BERTOLI
 SÉRGIO ANTÔNIO SOUTO
 PLÍNIO ANTÔNIO DE SOTTI LOPES
 ALBERTO SAVOIA ASSEF
 CÉLSON APARECIDO DE CASTRO
 BOGDANO KARPEN
 DIMITRYA PIRIH MARANHÃO
 EMÍLIO MAURO BARBOSA
 ELOI MEZZADRI
 GILBERTO DAROS
 JOÃO CAXIAS URBAN
 JOÃO MARIA DE JESUS CAMPOS ARAÚJO
 NELSON SÍLVIO SALLES
 OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS
 ADALBERTO DAROS
 AMAURY SCHIMMELPFENG RAMOS
 ADAIRTON BORGES DOS SANTOS
 CESAR AUGUSTO LEONI
 DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA
 EDGAR TÁVORA JÚNIOR
 EMERENTINO DA CRUZ PACCA
 JUAREZ DE QUADRO GONÇALVES
 MARIA DE LURDE BIZETTO REQUE
 JOSÉ GUILHERMINO FILGUEIRAS
 MANOEL AGUIAR FILHO
 NEUSA ALVES DE OLIVEIRA
 IHOR BARANHUK
 PAULO HENRIQUE DE ARRUDA GONÇALVES
 RAFAEL DE LALA SOBRINHO
 RONALDO BAPTISTA

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

ATTILIO PEREIRA DE LIMA
 SEBASTIÃO DE LIMA CARDOSO
 GABRIEL LUIZ FRANCESNHI
 JOAQUIM ANTÔNIO RODRIGUES
 ACIR VALLATORE
 HONORINO LUIZ COLLA
 ARMANDO SOICHI IWAIA
 ADILSON VICENTINI
 ELEOVAN CEZAR RIBEIRO
 BOANERGES DE MENEZES CALDAS
 RUTH DE CARVALHO DE MELLO
 WILSON KATEL
 JOSÉ PAULO ORTH
 MARIANA CUNHA MARTINS
 EDMIR ENÉZIO DA SILVA
 ISMAR DELAGASSA PASSOS
 CELSO ARAUJO JÚNIOR
 JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO
 EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
 SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR
 VALTER ANTÔNIO MACHIORATO

GABINETE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA (GAT)

ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN
ANTÔNIO CARLOS ITIBERÊ DA CUNHA
AYRTON COSTA LOYOLA
CLÓVIS STADLER DE SOUZA
DARIO FORTUNATO DARIF
DORIZON SALGADO BUENO
ÉLIO DUARTE DIAS
ÊNIO MEDEIROS
EROS RUPPEL ABDALA
FAUSTO LUIZ ABRY
JOAQUIM ROBERTO MUNHOZ DE MELLO
JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
JOSÉ RENATO DUARTE
JÚLIO XAVIER VIANNA
LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP
MANUEL FERNANDES MAIA JÚNIOR
NICANOR DE VASCONVELLOS SOUZA
OSIRIS DE BRITO
REGINALDO FANCKIN
RUI FERRAZ DE CARVALHO
UAHIB ABRAHÃO TANUS
VIDAL VANHONI
WALFRIDO RIBEIRO DE CAMARGO
ABIB MIGUEL
ALCEU IVO COSTACURTA
HILÁRIO FREGONEZE
FRANCISCO DRANKA
LUIZ FERNANDO TATARA RIBAS
LUPERCINA ROCHA CONTE
DARCI ANTÔNIO BUDEL
ROSI MARIA BANDEIRA DE ASSIS
SÍLVIO RODOLFO LIEGEL
WILIANS ROLONDO ROMANZINI
MARILU FANCHER BECKER
ALBA LÍGIA ARAÚJO E GARCIA
JOSÉ TARQUÍNIO ISFER
JOSÉ OSWALDO DE ALMEIDA G. REDONDO
THEREZINHA FORMIGUIERI SIMÕES
JUDETH SCHOLTZ
IBANEZA SANTOS SALLES
ZENO PACIORNIK
LÚCIA MARIA DA VEIGA SEGALL
RUTH DE CAMILLO RUSSI
LINDAMIR EDIL CARAN
OLENI FERREIRA LIMA
NILTON BUSATO
INOLAN ANTÔNIO GUIGINSKI DE OLIVEIRA

DEPARTAMENTO DE DIVULGAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

AYRTON LUIZ BAPTISTA
ANTÔNIO CARLOS LACERDA
ÊNIO SANTANGELO MALHEIROS
JORGE KUDRI
JOSE ARY NASSIF
SANT'CYR DE OLIVEIRA ROCHA
SOLON FONTOURA RODRIGUES
LUCY DE MELLO KEINERT
GILBERTO BITTENCOURT FONTOURA

SERVIÇO MÉDICO

FABIANO SIQUEIRA CUNHA
JOSÉ CARDOSO DE AZEVEDO
PAULO DE SOUZA FILHO
EDGAR SANTOS BUQUERA
JOSÉ ANTÔNIO MAINGUÊ
NELSON EMÍLIO MARQUES

ROGÉRIO ANTÔNIO SOUZA DO NASCIMENTO
FLODOALDO TRINDADE
GERSON NEMES

SERVIÇO ODONTOLÓGICO

DARCI KLIEMANN
JOSÉ SUPPLY DE LACERDA

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de outubro de 1.978.

FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

PORTARIA N.º 373/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10231, de 19 de outubro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para 1.º a 30 de novembro do corrente, as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, à funcionária MARLENE COUTO DE CRISTO, matrícula n.º 175, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de outubro de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

PORTARIA N.º 380/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10462, de 25 de outubro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

revogar, a pedido, a Portaria n.º 08/78, na parte que se refere à funcionária ACIULI MARIA SANTOS ALBERTI, a partir de 31 de dezembro de 1977, em virtude de seu retorno à repartição de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de novembro de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

PORTARIA N.º 381/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10482, de 26 de outubro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, à funcionária ALAIDE MARIA LOFFHAGEN LUZ, matrícula n.º 188, ocupante do cargo de nível PL"18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de novembro de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

PORTARIA N.º 382/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10535, de 27 de outubro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, ao funcionário VALTER ANTÔNIO MARCHIORATTO, matrícula n.º 366, ocupante do cargo de nível PL"26", da Série de Classes de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta

Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de novembro de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 383/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10573, de 30 de outubro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, ao funcionário AMADO ZONATTO, matrícula n.º 348, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de novembro de 1978.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral